

| TÍTULO DO TRABALHO | | | |
|---|---|-----------------------|---|
| SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA MEXICANA HOJE: A “QUALIDADE” CAPITALISTA AVANÇA, MAS OS TRABALHADORES CONSCIENTES E ORGANIZADOS RESISTEM | | | |
| AUTOR | INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO) | Sigla | Vínculo |
| Marisa Brandão | Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro Celso Suckow da Fonseca Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior | CEFET/RJ CAPES | Professora do quadro permanente Bolsista Pós-doutorado 2013-2014 |
| RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS) | | | |
| <p>Este texto tem como objetivo contribuir para a compreensão da mobilização que vem sendo realizada desde finais de 2012 pelo movimento organizado de professores da educação básica no México, dissidentes dentro de seu sindicato nacional. São apresentados alguns aspectos que corroboram uma realidade educacional comum para a América Latina e, ao mesmo tempo, outros aspectos específicos da realidade mexicana. Essa mobilização é consequência da “reforma educativa” que foi aprovada pelo governo federal em 2013, reforma que tem origem em documentos de organismos multilaterais e de organizações empresariais mexicanas. Esse movimento de professores existe há 35 anos, expresso, principalmente, pela <i>Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación</i> (CNTE), que tem uma história de lutas pela educação pública e tem se fortalecido nacionalmente como força insurgente.</p> | | | |
| PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3) | | | |
| México; Movimento Magistério; Educação Básica. | | | |
| ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS) | | | |
| <p>The aim of this article is to contribute to understanding of a mobilisation that has been taking place in Mexico since late 2012, namely that of an organised movement of teachers at the primary and secondary education levels, dissidents within the national trade union. Some aspects presented corroborate an educational reality common to Latin America, while other specific aspects are peculiar to the Mexican reality. This mobilisation is a consequence of an “educational reform”, approved by the federal government in 2013, the latter having originated from documents issued by multilateral entities and Mexican business organisations. This teachers’ movement has existed for 35 years, expressed principally by the <i>Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación</i> – CNTE [National Education Workers Co-ordination], which has a history of striving for public education, and has been strengthened nationally as an insurgent force.</p> | | | |
| KEYWORDS (ATÉ 3) | | | |
| Mexico; teachers’ movement; primary and secondary education. | | | |
| EIXO TEMÁTICO | | | |
| 6- Educação, classe e luta de classes. | | | |

SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA MEXICANA HOJE: A “QUALIDADE” CAPITALISTA AVANÇA, MAS OS TRABALHADORES CONSCIENTES E ORGANIZADOS RESISTEM¹

Marisa Brandão

Introdução

Este texto tem como objetivo contribuir para a compreensão do movimento organizado de professores da educação básica no México², assim como despertar o interesse em pesquisadores brasileiros sobre esse movimento que, indo além da organização sindical, faz parte de uma luta mais ampla contra o capitalismo e sua tendência de destruição de tudo que coloque em dúvida seus padrões sociais, como experiências e saberes que demonstrem a riqueza da diversidade que só o ser humano é capaz de produzir.

A luta dos professores mexicanos contra a atual “reforma educativa” está relacionada, por um lado, com aspectos comuns ao que vem ocorrendo em diferentes países da América Latina. As semelhanças não são mera coincidência e servem para reafirmar as análises – que há muito vêm sendo realizadas – de que as reformas educacionais no Brasil e na América Latina têm em comum seus “mandatários”, quais sejam, organismos internacionais como Banco Mundial (BM) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE). Mas, por outro lado, há especificidades nesta luta que se relacionam às características da história mexicana em geral, e da organização política dos professores, em particular, sendo esta expressa, principalmente, pela *Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación* (CNTE), há 35 anos. Procuramos sumarizar alguns desses aspectos para que o leitor os tenha como referência. Advertimos que todas as citações de origem mexicana foram traduzidas do espanhol pela autora.

Origem das “reformas estruturais” mexicanas de 2013

O México é um país onde a palavra revolução tem história concreta, é reivindicação presente em muitos movimentos e organizações políticas, está difundida no cotidiano, aparece constantemente nos periódicos. Mas também é palavra que pode ser usada em diferentes projetos políticos e econômicos – que o diga o Partido Revolucionário Institucional (PRI), que governou o

¹ Texto publicado na Revista Marx e o Marxismo (NIEP/UFF), v.2, n.2, jan./jul 2014 e revisto para esta apresentação.

² Em termos gerais, a educação mexicana está estruturada em: educação básica (que compreende a pré-escolar, de três anos; a primária, de seis anos; e a secundária, de três anos); educação média-superior (equivalente ao ensino médio brasileiro, com duração de três anos); e educação superior. Em fevereiro de 2012 (com uma modificação constitucional), a educação média-superior se tornou obrigatória no México. Neste texto, nas referências à “educação básica” estaremos considerando o que no Brasil assim é definido; portanto, no caso do México, de fato, trata-se da educação básica e da média-superior.

país durante 71 anos (1929-2000) ininterruptamente³. Esse partido tem sua (Partido com) origem no Partido Nacional Revolucionário (PNR), fundado em 4 de março de 1929, que foi “uma coalizão de partidos e de grupos regionais que se reconheciam como vencedores da Revolução de 1910” e que, para alguns autores, correspondeu a “um avanço significativo na estabilização política do país” (Aguilar, 2010, p.264-265), enquanto que, para outros, desde seu início, significou o estrangulamento da oposição. Em 1938, sob a liderança do presidente Lázaro Cárdenas – que se destacou, dentre diversos aspectos, pela expropriação das empresas estrangeiras de petróleo e pela criação da empresa Petróleos Mexicanos (PEMEX), assim como por ter logrado aprovar, na Constituição, a educação oferecida pelo Estado como sendo socialista –, o PNR se transforma em Partido de La Revolución Mexicana (PRM). “A principal diferença entre ambos era que o novo partido não estava conformado por grupos e partidos regionais, mas sim por quatro setores: operário, camponês, popular e militar” (AGUILAR, p.268). Em 1946, o PRM foi substituído pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), também como resultado de iniciativa do então presidente da república. “Uma das principais diferenças entre um e outro foi [...] uma medida tomada pelo presidente [...]: o desaparecimento do setor militar” (AGUILAR, p.277). Segundo Carmona (2014, s/p), o presidente Manuel Ávila Camacho, com sua política conciliadora e reformista, realizou essa transformação porque “enfrentava a desconfiança dos Estados Unidos quanto à democracia mexicana, assim como o questionamento do papel do PRM na direção nacional”.

Após os 71 anos ininterruptos, o PRI ficou afastado por dois mandatos ocupados pelo Partido da Ação Nacional (PAN), durante doze anos (de 2001 a 2012)⁴, tendo retomado a presidência da República nas eleições de 2012, assumindo em 1º de dezembro o presidente eleito Enrique Peña Nieto. Outro partido que reivindica tradição revolucionária é o Partido da Revolução Democrática (PRD), fundado em 1989 a partir de uma candidatura à presidência (Cuauhtémoc Cárdenas, 1988) formada por dissidentes do PRI. O PRD é o terceiro mais forte partido político mexicano e, segundo o próprio PRD (s/d), nasceu “como uma coalizão de diversos partidos políticos e organizações de esquerda”⁵.

3.

⁴ O mandato presidencial mexicano é de seis anos; de 1 de dezembro de 2000 a 30 de novembro de 2006, foi presidente da república Vicente Fox Quesada e, no período de 1 de dezembro de 2006 a 30 de novembro de 2012, Felipe Calderón Hinojosa. O PAN foi fundado em 1939 com a intenção de “enfrentar o que se consideravam excessos socializantes e coletivistas do cardenismo [referência ao presidente Lázaro Cárdenas], assim como impulsionar um modelo de sociedade que se distanciasse por igual dos ideais socialistas e liberais”, tendo reunido grupos católicos e conservadores, assim como proprietários de terras “afetados ou ameaçados pela reforma agrária” (ibidem, p.269-270).

⁵ “Suas origens são: o Partido Mexicano Socialista (PMS), quem cedeu seu registro legal. O Partido Mexicano de los Trabajadores (PMT), El Partido Socialista Unificado de México (PSUM), Partido Popular Revolucionario (PPR), El Movimiento Revolucionario del Pueblo (MRP), Unión de la Izquierda Comunista (UIC); depois se unem a essa fusão

Estes foram os três partidos que – no dia seguinte à posse de Peña Nieto – assinaram, com o presidente da República, o assim chamado *Pacto por México* (2012) – uma série de acordos, um grande pacto que abarca “as esferas social, econômica e política”, negociado a partir de julho de 2012 (resultado das eleições). De acordo com o documento, este pacto tem como objetivo “comprometer o governo e as principais forças políticas a promover um conjunto de iniciativas e reformas”, tendo como base “os pontos coincidentes das diversas visões políticas mexicanas”. No entanto, as reformas – aprovadas em 2013, nessa sequência: educativa, telecomunicações, fazendária, política, energética e financeira – apresentam as visões dos defensores do capitalismo por meio das ideias de que é necessário “competitividade econômica” em um mundo de “economia globalizada” e, no caso dos países Latino Americanos, isso vem se traduzindo em privatizações, maior precariedade das relações de trabalho, perdas do pouco que tivemos quanto aos direitos à saúde e à educação, dentre outros aspectos. Das reformas aprovadas, a única que, de fato, suscitou debates no Congresso, foi a reforma energética, fazendo inclusive com que o PRD saísse do pacto⁶.

No calendário apresentado no *Pacto por México*, a reforma educativa é destacada como prioritária e, no dia 10 de dezembro de 2012, o presidente apresentou o primeiro passo nesse sentido – o projeto de decreto que reformou, dentre outras iniciativas, o artigo 3º da Constituição mexicana, onde “se expressam os fins da educação, assim como os princípios que a regem”. Em fevereiro, as modificações já estavam aprovadas no Congresso, fazendo da “reforma educativa” o primeiro resultado do *Pacto por México* e do governo Peña Nieto. No entanto, em relação à educação, ainda seria necessário aprovar as leis regulamentárias (ou leis secundárias, como são chamadas).

Para compreendermos o significado deste pacto entre os três maiores partidos, é necessário retroceder um pouco no tempo e observar a influência da organização chamada *Mexicanos Primero*. Em sua página na internet⁷, declara ser “uma iniciativa cidadã, independente e plural que promove o direito das crianças e jovens à educação de qualidade no México, através de investigação, divulgação, propostas de mudança cultural e incentivo à cidadania”. Essa “iniciativa cidadã” – relacionada explicitamente com o que Gramsci chama de sociedade civil, no sentido de que representa determinados interesses (no caso, empresariais) fora do aparelho estatal – é uma

uma parte da militância do Partido Socialista de los Trabajadores (PST); assim como a chamada ‘família revolucionária’ representada pela esquerda dentro do PRI e organizações civis que se opuseram ao partido governante e lutaram por eleições democráticas” (PRD, s/d).

⁶ Para esse partido, nas palavras de um de seus fundadores, Cuauhtémoc Cárdenas, a reforma energética significou um golpe “duro e forte que sofreu o país com a privatização da PEMEX [Petróleos Mexicanos] e da CFE [Comissão Federal de Eletricidade]. Com a reforma energética não deixaram nada para o país, tudo é entregue ao setor privado” (Presenta PRD a Cuauhtémoc Cárdenas estrategia para revertir reforma energética. La Jornada, 15 de enero de 2014). Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2014/01/15/presenta-prd-a-cuauhtemoc-cardenas-estrategia-para-revertir-reforma-energetica-6858.html>>. Acesso em: 18 de abril de 2014.

⁷ <<http://www.mexicanosprimero.org/index.php/mexicanos-primero/lo-que-hacemos>>. Acesso em: 16 de janeiro de 2014.

instituição com substancial amparo da Televisa, a maior cadeia de televisão do México, que pode ser comparada à Rede Globo no Brasil. *Mexicanos Primero* “agrupa dezenas de fundações, associações civis e múltiplos *membretes* de ‘corte educativo’, criados pelos consórcios empresariais, e em cujo patrocínio participam os homens mais ricos do país” (Navarro G., 2013, p.98)⁸. Essa “iniciativa cidadã” é presidida pelo empresário Claudio X. González Guajardo (cofundador e ex-presidente da Fundação Televisa) que, nos informa Luis Hernández Navarro (2013), é um “caso emblemático de como fazer da filantropia um bom negócio, e da educação, uma plataforma política”. Importante observar que este tipo de instituição não é específico do México e, no caso do Brasil, encontramos similitudes com “Todos Pela Educação” (TPE). Fundadas em meados dos anos 2000, com o discurso da “educação de qualidade”, ambas as instituições têm grandes empresários em suas fileiras “cidadãs” e defendem a interferência destes nas políticas e práticas educacionais. Não por acaso, fazem parte da Rede Latino-americana pela Educação (REDUCA) que compartilha, dentre outros, o seguinte “princípio em sua missão: [...] Contribuir para a construção de propostas para reformar os sistemas de educação e de uma agenda educacional de longo prazo”⁹.

Foi essa organização que lançou, em setembro de 2012, o documento *Ahora es Cuando. Metas 2012-2024*¹⁰ que, se comparado com as propostas da “reforma educativa” de 2013, verifica-se tratar do mesmo projeto de educação, além do cinismo de coincidir, inclusive, nas datas estabelecidas para as diferentes metas que posteriormente foram programadas e alcançadas pelo *Pacto por México*. Como assinala Hugo Aboites (apud Goche, 2014) “ou este documento foi feito por profetas que adivinharam exatamente o que ia acontecer nesse ano [2013], ou por um grupo que tem o poder necessário para fazer com que aquilo que programa, e estabelece em termos de datas, se torne realidade”. É assim que se verifica, por exemplo, no documento dos empresários, a meta de, para 2013, lograr a

primeira reforma da ordem jurídica nacional, com mudanças na LGE [Lei Geral de Educação] e [lograr aprovar] a regulamentação para: [...] determinar as sanções a trabalhadores da educação que não tenham sido regulamentadas; estabelecer atribuições claras do INEE [Instituto Nacional para a Avaliação da Educação] para elaborar a avaliação docente obrigatória e universal (*Mexicanos Primero*, 2012, p.44)

⁸ Sobre a recente e crescente participação dos empresários na educação mexicana, que se torna mais visível a partir de 1989, ver Aboites (2013b).

⁹(Disponível em: < <http://www.reduca-al.net/membros.php?lang=pt#!membros-elementos-centrais-da-missao-e-estrategias-organizacoes>>. Acesso em: 18 de abril de 2014.

¹⁰ Hugo Aboites (2013a, vídeo: 3’48”) explica com certa ironia que “Ahora es cuando” é uma frase mexicana que significa “hay que aprovecharse”, ou seja, deve-se aproveitar a oportunidade que é dada por determinada situação.

Ora, a reforma constitucional no que diz respeito à educação (artigos 3º e 73) foi a “primeira reforma da ordem jurídica nacional” do governo Peña Nieto, aprovada em fevereiro de 2013, permitindo assim que, em abril, o Poder Executivo divulgasse três projetos de regulamentação (ou leis secundárias), quais sejam, um decreto modificando a LGE, um projeto de lei para regulamentar as atribuições do Instituto Nacional para a Avaliação da Educação (INEE) e outro que estabeleceu a criação do Serviço Profissional Docente, onde se destaca a determinação das “sanções a trabalhadores da educação”.

Este protagonismo empresarial no projeto de educação, que vem se estabelecendo cada vez com mais presença, tem sido apontado por alguns como um marco divisório na história da educação mexicana, no sentido de que o Estado estaria deixando de ser o comandante maior deste processo. No entanto, diversos autores ressaltam que a base dessa concepção educacional está referendada em diversos organismos multilaterais, como o Banco Mundial e, no caso do México, principalmente a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE). Em 1995, o México ingressou como membro da OCDE. E assim “assinou com ela [OCDE] pactos cujo cumprimento é obrigatório. A instituição fez estudos e deu recomendações. Os funcionários mexicanos do setor frequentam regularmente a sede da OCDE em Paris” (NAVARRO, 2013b, p.108). Em 2008, sob o governo de Felipe Calderón (PAN), a Secretaria de Educação Pública (SEP – equivalente ao Ministério da Educação no Brasil) e a OCDE estabeleceram o Acordo para Melhorar a Qualidade da Educação das Escolas no México. Segundo documento publicado pela própria Organização,

O Propósito desse acordo foi determinar não somente quais mudanças de política devem ser consideradas no México, mas também como desenhar e implementar reformas políticas com eficácia, [...]. Um dos componentes deste acordo é sobre o desenvolvimento de políticas e práticas adequadas para avaliar a qualidade das escolas e dos professores [...] (OCDE, 2010, p.9).

Nesse acordo, dentre as oito “recomendações de ações” para o “bom ensino”, encontramos, conforme nos alerta Aboites (2013b), a de “avaliar para ajudar a melhorar” e, nessa perspectiva, a defesa de que “os docentes que apresentem um baixo desempenho de forma permanente devem ser excluídos do sistema educativo” (OCDE, 2010, p.6). E, de fato, como veremos, na Lei do Serviço Profissional Docente, a sanção que se aplica aos professores com “baixo desempenho” nas avaliações padronizadas será a demissão.

Para César Navarro, a influência deste organismo “tem representado um dos instrumentos mais eficazes para a recolonização do sistema educativo nacional e a imposição da educação de corte neoliberal” (2013, p.99). Mas, nunca é demais ressaltar, que essa recolonização é feita –

em diferentes países – com a zelosa (e bem paga) contribuição de intelectuais que fazem ou fizeram parte da estrutura nacional e se tornam assessores de organismos internacionais. Esse é o caso do atual Secretário Geral da OCDE, nomeado desde 2006, José Ángel Gurría – mexicano que, sendo “priista” (militante do PRI) desde jovem, ocupou, dentre outros, cargos na área econômica do governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) – que aprofundou o projeto neoliberal iniciado por Miguel de la Madrid (1982-1988).

Considerando-se que a OCDE representa os interesses econômicos de países ricos que visam defender e difundir a economia mundial capitalista, fica explícito o significado do processo de formulação (e reprodução) das chamadas “reformas estruturais” pelas quais passou o México em 2013, incluindo com destaque a “reforma educativa”.

Reforma educativa de 2013: a busca da consolidação da “qualidade” capitalista

A reforma educativa de 2013, impulsionada pelo presidente recém-eleito, não traz novidades na fundamentação e diretrizes do projeto de educação que já vinha sendo construído; o que há de novo é ter logrado elevar estas características a nível constitucional. Como denunciam os professores, a estratégia foi mudar a constituição, retirando direitos históricos para, em seguida, afirmar que os direitos constitucionais serão respeitados (CNTE, 2013a, p.14, item 5). Importante destacar que, apesar de já ter sido muitas vezes modificada, a constituição mexicana é motivo de orgulho e respeito, posto ser resultado de um movimento popular revolucionário nas primeiras décadas do século XX – a Revolução Mexicana.

Na modificação constitucional, três aspectos se destacam: o uso do adjetivo “qualidade” para a educação (sem explicitar seu significado); a institucionalização da “avaliação” como garantia dessa “qualidade”; e a criação do “Serviço Profissional Docente”, relacionando este diretamente com os resultados de uma avaliação obrigatória (México, 2013). Para regulamentar estas três modificações, foram então elaboradas as três propostas de leis secundárias, que seriam aprovadas pelo Congresso Nacional em agosto e setembro de 2013: *Ley General de Educación* (foi reformada) – LGE; *Ley del Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación* – INEE e *Ley General del Servicio Profesional Docente* – LGSPD¹¹.

Em relação à “qualidade” educacional, nas três leis, o termo aparece repetidamente, mas apenas são encontradas explicitamente as seguintes definições. Na LGE: “[A educação será de]

¹¹ O INEE já existia desde 2002. Essa lei foi divulgada como trazendo de novo o fato do Instituto passar a ter autonomia; porém, quando se analisa a LGSPD, verifica-se que, de fato, a SEP continua tendo controle sobre os fundamentos das avaliações que serão criadas. A atual Conselheira Presidenta do INEE, Sylvia Schmelkes, foi nomeada em 2013 e seu currículo inclui passagens pela OCDE, dentre outros organismos multilaterais.

qualidade, entendendo-se por esta a congruência entre os objetivos, resultados e processos do sistema educativo, conforme as dimensões de eficácia, eficiência, pertinência e equidade” (art. 8º, IV); na Lei do INEE: “Entender-se-á por qualidade da educação a característica de um sistema educativo que integra as dimensões de relevância, pertinência, equidade, eficiência, eficácia, impacto e suficiência” (art. 5º, III); na LGSPD: “entender-se-á por Marco Geral de uma Educação de Qualidade: o conjunto de perfis, parâmetros e indicadores que se estabelecem a fim de servir como referentes para os concursos e a avaliação obrigatória para o Ingresso, a Promoção, o Reconhecimento e a Permanência no Serviço [...]” (art. 4º, XVII). Analisando-se esses instrumentos legais – e o vazio destas definições – podemos concluir que a “qualidade” educacional é dada como um pressuposto e, portanto, sua definição deve ser buscada em outras fontes.

Retornando um pouco no tempo, podemos lembrar todo um trabalho de divulgação ideológica, liderado pelo Banco Mundial, para dar um sentido específico à qualidade na educação – por suposto, distinto do que havia sido construído historicamente pelo pensamento de esquerda. No novo sentido, a qualidade passou a estar presente em tudo que diz respeito às necessidades do capital, “em síntese, a aprendizagem seria reconhecida como tendo valor a partir do momento que favorecesse as exigências da atividade empresarial” (Sosa, 2012, p.78). Não podemos esquecer-nos de incluir nesse rol a “competência”, ou seja, “a capacidade de realizar ações a partir de instruções precisas, que não podem nem devem ser questionadas” (p.77), assim como “a conversão dos estudantes em seres humanos dóceis, dispostos e treinados para cumprir sem discussão as atividades e tarefas” (p.78) necessárias na produção e reprodução do capital.

Chama-nos a atenção o fato de que a “reforma educacional” de 2013 tem como alvo central mudar o comportamento dos professores – ou mudar os professores que atualmente estão na sala de aula.¹² É assim que a modificação na LGE se centra na “qualidade”; a lei do INEE, na “avaliação”; e a Lei Geral do Serviço Profissional Docente (LGSPD) se centra em aplicar estes dois fundamentos na atuação do magistério. Nos documentos que deram origem a essa reforma, e nos documentos legais aprovados pelo Congresso Nacional, fica muito claro que, para alcançar essa “qualidade”, é necessário avaliar o sistema educativo (verificando se esta “qualidade” está presente) com parâmetros standardizados – avaliações essas que já vinham sendo realizadas (e criticadas) pelo menos desde o final da década de 1980¹³. Mais que isso, está explícita a necessidade de – com base nesse tipo de avaliação – realizar um intenso trabalho de “renovação” de todo professorado por

¹² A esse respeito, ver declaração do Secretário de Educação onde afirma que em 12 anos terão “renovado” 60% dos professores. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2013/09/05/politica/009n1pol>>. Acesso em: 6 de set. de 2013. A “reforma” também abre caminhos para a privatização da educação básica, questão que não trataremos neste texto, apesar de sua enorme relevância.

¹³ Sobre as “avaliações universais” no México e algumas de suas críticas, ver Aboites (2012).

meio das diferentes estratégias, quais sejam, obrigar aos professores em atuação a se “adaptarem”, modificar a forma de acesso a uma vaga de professor em escola pública e, por fim, modificar os parâmetros de “qualidade” das escolas públicas que formam professores.

Nesse sentido, origem e história de luta das Escolas Normais no México – e, em especial, das Normais Rurais – é um capítulo à parte e de extrema importância para se compreender, por um lado, a posição política de muitos professores aí formados e, de outro, a necessidade que o Estado e os empresários têm de eliminar qualquer vestígio dessa história¹⁴.

Faz parte dessa história o ocorrido no dia 26 de setembro de 2014, quando estudantes da Escola Normal Rural de Ayotzinapa, no estado de Guerrero, foram atacados pela polícia municipal de Iguala. Este ataque teve a participação de outras pessoas que não eram policiais, tendo resultado em 6 mortos, 25 ou mais feridos e 43 desaparecidos. A posição defendida pelo Estado mexicano até o momento é a de que foram entregues a membros do narcotráfico por motivos relacionados estritamente ao prefeito da cidade¹⁵. O ocorrido em Ayotzinapa não é um fato isolado e tem relação com todo o contexto histórico e social mexicano. Tampouco a violência contra os estudantes dessa Escola é inédita; em 12 de dezembro de 2011, em um protesto estudantil, dois alunos morreram. Por um lado, muitos mexicanos vêm denunciando a existência de uma sistemática violência e impunidade cometida, há anos, por diferentes governos e seus representantes, contra os movimentos sociais organizados, incluindo o movimento estudantil. Por outro, a reforma da educação básica, resultado do neoliberalismo no México, tem procurado – dentre muitos outros aspectos – eliminar as Escolas Normais e, em especial, as Normais Rurais, devido à formação política crítica aí existente, incluindo a defesa do socialismo. Dessas escolas, que são públicas, saem professores bilíngues (espanhol e uma língua originária) que passam a atuar nas regiões mais pobres, em geral indígenas, e acabam se tornando verdadeiras lideranças comunitárias, participando da vida dos estudantes e seus familiares, dentro e fora da escola.

É necessário também ressaltar que, no México, há apenas sete anos se realiza concurso público para o magistério da educação básica pública. Antes (e atualmente em alguns estados como Oaxaca), o ingresso era automático através da formação nas Escolas Normais públicas, entendendo-se que o Estado forma adequadamente os professores para atuarem em suas escolas. Com, por um lado, a pressão do capital que busca se reproduzir no campo da educação e, por outro,

¹⁴ A esse respeito ver Luis Navarro (2012).

¹⁵ Desde então, a prioridade dos pais dos desaparecidos é encontrar seus filhos e exigir justiça, pois, de fato, as investigações foram finalizadas sem que se pudesse saber o que realmente aconteceu e sem apontarem os culpados. Em maio e junho de 2015 foi realizado um movimento dos parentes dos desaparecidos e de estudantes e professores de Ayotzinapa – “Caravana 43”, que viajou pelo mundo para denunciar o que ocorreu e pedir justiça; o Brasil foi um dos países que participou dessa ação organizada. Sobre a Caravana 43, ver <<http://www.caravana43.com>>. Acesso em: 25 de abril de 2015.

o objetivo de (con)formar os professores, iniciou-se toda uma campanha de desqualificação das “vagas automáticas” e a defesa do concurso público. O argumento, por suposto, é o acesso dito democrático e com base no mérito. A prática é a expressiva ampliação do setor privado nas escolas de formação de professores

É nesse contexto que deve ser observado o fato de que nas 22 páginas da Lei Geral do Serviço Profissional Docente (LGSPD), o termo “avaliar” (e derivados) aparece 146 vezes, “sanção” (aos professores) aparece 10 vezes, “será desligado” (demitido) aparece 5 vezes e “infrator” 2 vezes. Como denunciam os professores,

trata-se de uma reforma perseguidora que ameaça despedir milhares de professores [...]. Oferece simplesmente – ainda que agora como mandato constitucional e legal – basicamente as mesmas estratégias que se anunciaram e que se aplicaram – sem êxito – desde 1992: medir, vigiar, estimular e, sobretudo agora, castigar (CNTE, 2013b).

A lei geral do SPD tem dentre seus objetivos “regular o Serviço Profissional Docente na Educação Básica e Média Superior” e “estabelecer os perfis, parâmetros e indicadores do Serviço Profissional Docente” (art. 2º, I e II). No entanto, não chega a estabelecer estes “perfis, parâmetros e indicadores”, apenas determina algumas orientações a se levar em conta para uma “boa prática profissional” (art. 14), assim como responsabilidades institucionais na definição (art. 55 e 56) e procedimentos para definição e autorização (art. 57) dos “perfis, parâmetros e indicadores”. Mas, tendo também como um terceiro objetivo “regular os direitos e obrigações derivados do Serviço Profissional Docente” (art. 2º, III), garante o direito do professor “conhecer, com ao menos três meses de antecedência, os perfis, parâmetros e indicadores com base nos quais se aplicarão os processos de avaliação” (art. 68, II).

Já os procedimentos de avaliação e possível demissão dos professores, estes sim estão muito bem definidos. Sob o título “Da Permanência no Serviço”, define-se a obrigatoriedade de, no mínimo, uma avaliação a cada quatro anos, sendo que, no caso de um resultado “insuficiente”, o professor deve se submeter a “programas de regularização” e, no máximo em um ano, a nova avaliação. Caso o resultado seja novamente “insuficiente”, terá uma terceira e última chance de avaliação, também no prazo máximo de um ano, passando novamente por “programas de regularização”. Se, após a terceira avaliação, o resultado continuar insuficiente, o professor será demitido, “sem responsabilidade para a autoridade educativa” (art. 52 e 53). Nas disposições transitórias (art. 8º), determina-se que os profissionais que hoje têm “nomeação permanente”, e encontrem-se nesta condição, serão alocados em outras tarefas do serviço público ou lhes será

oferecido algum tipo de aposentadoria. No mesmo artigo, a lei deixa bem clara qual será a punição para os que não se submeterem às avaliações e “programas de regularização” – demissão sumária, “sem responsabilidade para a autoridade educativa”. E, para garantir a não participação dos professores em mobilizações e greves, a lei estabelece que o servidor que não comparecer ao trabalho por três dias consecutivos ou descontínuos, em um período de 30 dias corridos, “sem causa justificada, será demitido do serviço sem responsabilidade para a autoridade educativa” (art. 76).

Assim, a “reforma educativa” de 2013, em termos legais, refere-se, de fato, a questões laborais e administrativas. No entanto, como já denunciaram os professores em críticas a reformas anteriores, esta também “fomenta a formação de sujeitos acríticos, alheios a sua realidade histórica, desvinculados das necessidades sociais, individualistas, egoístas, pragmáticos e insensíveis à história, à cultura e à política” (CNTE, 2012, item *La política educativa*). Por isso, é necessário ressaltar que as questões laborais e administrativas estão diretamente relacionadas com o objetivo de consolidar uma educação com a “qualidade” para o capital, aquela que “qualifica” os trabalhadores para suas funções em uma sociedade desigual e, ao mesmo tempo, os conforma ideologicamente como “colaboradores” – sejam eles os novos professores ou a futura força de trabalho presente nos estudantes.

Insurgência do magistério: os trabalhadores conscientes e organizados resistem

Parece-nos que nessa trajetória de “reformas educacionais” ao longo das últimas décadas, no caso do México, um grande obstáculo tem se colocado aos interesses do capital – a poderosa e histórica força política formada pelos professores conscientes e organizados ou, como eles próprios dizem, o “magistério democrático”. É provável que esse seja um dos motivos principais da necessidade da “reforma” de 2013.

Para compreender o poder político combativo do magistério democrático¹⁶, é necessário, no mínimo, buscar sua origem na criação da *Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación* (CNTE), em 1979. A Coordenadora (assim se costuma referir-se à CNTE) é uma organização dissidente que atua dentro do Sindicato e nasce a partir de movimentos regionais de professores de base que reivindicavam, por um lado, aumento salarial e, por outro, a democratização do *Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación* (SNTE). O nascimento da CNTE permitiu que esses movimentos se difundissem, tornando-se uma força nacional e, desde seu início, se definiu “como uma força democrática e independente que lutava dentro do SNTE”

¹⁶ A CNTE não é a única organização do “magistério democrático” – formado pelos que se opõem aos dirigentes do Sindicato Nacional – mas, sem dúvida, é a organização com mais longa trajetória histórica, de permanência e de força política nacional.

(Navarro, 2011, p.16). Uma característica que distingue essa organização de outras é que, apesar das enormes pressões – incluindo desde professores demitidos, até o desaparecimento e assassinato de seus militantes – ela segue sendo uma organização sindical independente e poderosa.

Ao longo da luta, o movimento construiu formas de organização distintas das do sindicalismo tradicional. Fez com que seu poder real não dependesse da legalidade estatutária, mas sim de sua capacidade de mobilização. Os comitês de luta, os conselhos centrais, as comissões coordenadoras, as brigadas foram, desde sua origem, organismos político-sindicais de representação direta. [...] Seus dirigentes se renovam regularmente e os que ocupam postos de representação sindical regressam a suas salas de aula para trabalhar (Navarro, 2011, p.16)

Para compreender o poder político combativo do magistério democrático, é necessário, também, observar que a CNTE não se limita a uma luta corporativa, mas se define como parte da luta de classes, na busca da construção de uma sociedade igualitária. A CNTE “é uma frente de classe, pois nela participam trabalhadores da educação que aceitam o princípio universal da luta de classes” (CNTE, 2012, 1ª página). Esta afirmação não se trata de uma definição formal, o que pode ser comprovado na atuação cotidiana, política, seja da CNTE como instituição, seja de cada professor que dela faz parte. Podemos citar, como exemplos emblemáticos, a participação de professores na formação do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN), em 1994, e a participação da Coordenadora, em 2006, na formação da *Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca* (APPO).¹⁷ Fazem parte da CNTE cerca de trezentos mil professores que, com presença em cada comunidade, lugarejo ou cidade, conhecem a parte mais problemática e esquecida da nação (CNTE, 2013b, p.1), envolvendo-se, através dos alunos e seus pais, com as questões políticas e sociais de seu cotidiano. Onde há luta justa, há professor mexicano.

Para compreender a difícil luta da Coordenadora (CNTE) e do magistério democrático como um todo, é necessário ter como referência a atuação do Sindicato (SNTE) e seu atrelamento – desde sua fundação – com os distintos governos do PRI (e os 12 anos recentes do PAN). O Sindicato Nacional completou 71 anos em 2014 – formou-se, entre 1942 e 1944, com a unificação dos sindicatos então existentes –, tendo nascido a partir de intervenção oficial em um momento em que se buscava aplacar um sindicalismo em efervescência (Beltran, 2004). De seus 71 anos, 64

¹⁷ Segundo Navarro (2006), “A APPO é uma das mais importantes experiências organizativas do movimento social no México. Trata-se de uma assembleia de assembleias, nascida em 17 de junho de 2006, no marco da sublevação popular contra Ulises Ruiz [então governador do estado de Oaxaca]. Participaram em sua formação 365 organizações sociais, organizações municipais populares e sindicatos com uma única demanda: a saída do governador”. Para o autor, “é impossível compreender a APPO à margem da seção 22 do Sindicato Nacional de Trabalhadores da Educação”. Esclarecemos que, em Oaxaca, a seção sindical do SNTE – Seção 22 – está historicamente sob a liderança da CNTE e é uma das mais aguerridas.

estiveram sob a liderança de apenas três dirigentes, sendo a mais recente Elba Esther Gordillo¹⁸ (de 1989 a 2013). Desde seus primeiros anos, se tornou um sindicato *charro* (termo com história própria, mas com significado igual ao que os brasileiros chamam de “pelego”). Sendo de filiação e pagamento obrigatórios, possuindo atualmente mais de um milhão e meio de filiados, é considerado o sindicato mais rico e poderoso da América Latina. Lutar contra essa força econômica e política, na qual os dirigentes permanecem ou mudam dependendo do apoio que dão ao governo em turno, tem sido a tarefa de forças dissidentes como a CNTE.

Nos 35 anos de organização e mobilização da Coordenadora, a luta tem sido intensa e, desde as “reformas” educativas que se iniciaram no final da década de 1980, esta luta se intensifica na defesa de uma educação pública que seja “humanista, que substitua os valores do mercado pela prática de valores universais; [...] fincada na memória histórica de nosso povo, porém aberta à cultura e o conhecimento universal” (CNTE, 2013b, p.2). Se, por um lado, várias iniciativas governamentais que pretendem destruir as bases dessa educação pública foram impostas ao longo das últimas décadas – como, por exemplo, a “Avaliação Universal”, resultado de acordo entre o SNTE e a SEP, de 2011¹⁹ –; por outro lado, os professores mexicanos têm conseguido também se impor por meio de suas mobilizações – que incluem boicote à prova ENLACE.

Seguindo sua trajetória histórica, o magistério democrático se mobilizou, desde os primeiros momentos, em 2012, contra a atual “reforma” educativa.²⁰ Por meio de suas distintas estratégias de luta, que incluem desde a elaboração de documentos com base em reflexão coletiva até a mobilização de massas nas ruas de quase todos os estados e da capital, os professores, combatentes incansáveis, denunciaram os verdadeiros interesses por trás da “reforma” educativa. Tomaram pedágios liberando a cobrança aos que por ali passavam; bloquearam estradas e acesso a aeroportos; realizaram passeatas e protestos em diversos lugares, incluindo as instalações governamentais, da Televisa e da Bolsa Mexicana de Valores; ocuparam o Congresso Nacional.

A partir de 1º de maio de 2013, iniciaram acampamento na capital do país²¹ para pressionar o Congresso Nacional a não aprovar as leis secundárias. A organização do acampamento, por si só,

¹⁸ Liderança destituída (assim como seu antecessor) por ter se colocado como obstáculo a alguns dos objetivos governamentais em relação à educação básica. A estratégia governamental foi denunciá-la por corrupção – que ocorre, de fato, e há 21 anos –, e hoje se encontra presa respondendo a processo judicial.

¹⁹ Sobre esse acordo que inclui, na avaliação dos professores, o uso dos resultados de uma avaliação estandarizada dos estudantes, a Prova ENLACE (*Evaluación Nacional del Logro Académico en Centros Escolares*), aplicada desde 2006, ver Aboites, 2012.

²⁰ Para detalhes sobre essa mobilização, ver Aboites (2013a) e Navarro G. (2013).

²¹ O acampamento na praça principal das capitais dos estados e do país (*Zócalo*) é uma estratégia utilizada pelos diferentes movimentos políticos mexicanos. Neste dia, após passeata pela principal avenida da Cidade do México, tentaram montar as barracas no *Zócalo*, porém foram impedidos pela polícia devido à visita de Obama que ocorreria dias depois. Montaram suas barracas próximo ao Congresso e, passado o cerco militar ao *Zócalo*, uma semana depois, aí organizaram seu acampamento.

já demonstra a combatividade deste movimento – inicialmente com a presença de plantões de professores em rodízio (inclusive durante as férias de julho) e, a partir da decretação de uma greve geral, com a presença de dezenas de milhares de professores, espalhados em suas barracas pelas diversas ruas em torno do *Zócalo*. Com cozinhas coletivas, locais de reuniões e atividades culturais, e também uma rádio, se mantiveram ali sob as fortes chuvas de verão. Em setembro, sob o pretexto da festa da independência mexicana, foram covardemente expulsos pela polícia, transferindo o acampamento para o Monumento à Revolução, onde resistiram, mantendo um plantão, apesar de terem sido novamente expulsos pela polícia no dia 5 de janeiro de 2014.

Como resultado da mobilização, o governo se viu obrigado a aceitar o diálogo, concordando participar na realização de uma série de Fóruns sobre a reforma educativa. Entre maio e julho, foram organizados nove Fóruns regionais, dois estaduais e um nacional, com a presença de mais de dez mil pessoas – sendo muitas representantes de assembleias. O governo federal, que havia aceitado convocar em conjunto com a CNTE estes Fóruns, comprovou, através da participação meramente formal de seus representantes, que não estava disposto a dialogar. Para os professores, não foi uma surpresa, pois sabem que “trata-se de um sistema econômico baseado na exploração e no lucro, e que, portanto, não pode buscar a verdade mediante a confrontação de ideias, informação e projetos” (CNTE, 2013c, p.209). Os Fóruns serviram, por um lado, para desmascarar as intenções governamentais e, por outro, fortaleceram a CNTE, com uma ampla e organizada participação nacional.

Assim, o resultado dos Fóruns, que veemente rechaça a “reforma” – sistematizado e formalmente entregue ao Congresso –, não foi levado em conta, tendo os senhores deputados e senadores participantes do *Pacto por México* aprovado as leis secundárias, apesar das denúncias de que não haviam lido sequer aquilo que votavam. Emblemático foi o fato de que essas votações ocorreram – devido ao cerco dos professores às sedes do Poder Legislativo – em um centro de convenções de um banco. E, para retornarem a legislar, aprovando outras “reformas estruturais” pactuadas, foi necessário cercar o Senado com placas de metais e muita polícia, dando origem ao que foi então chamado pelos diversos movimentos sociais de *democracia amurallada*.

O magistério democrático não se opõe a ser avaliado, mas sim “a como e para que se quer avaliá-lo” (Coll, 2013), possuindo propostas educativas (distintas das oficiais) já em prática²² e com excelentes resultados. Sua história, sua reflexão e seu trabalho não foram levados em conta pela avassaladora força do *Pacto por México*, mas, com muita coerência, seguem a luta. São insurgentes

²² Como no caso dos projetos da CNTE nos estados de Oaxaca (*Plan para la Transformación de la Educación de Oaxaca-PTEO*) e Michoacán (*Escuelas Integrales*).

e propõem a desobediência civil, mantendo a organização e a mobilização, nos estados e na capital, inclusive em 2015. Dessa forma, demonstram o que já afirmaram: “no nos han derrotado”.

Referências

ABOITES, Hugo. México: la rebelión magisterial del 2013. In: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Conselho Latino americano de Ciências Sociais (CLACSO). *Observatorio Social de América Latina (OSAL)*. Año XIV, Nº 34 - Noviembre de 2013b, p.77-92.

_____. *Hugo Aboites brinda Conferencia Magistral en la UPN Hidalgo*. 22 de outubro de 2013a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dqaRR2oQazM&list=UUKArg5PGZJ80mpOHO749ZK>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

_____. La disputa por la evaluación en México: historia y futuro. *El Cotidiano: Revista de la División de Ciencias Sociales y Humanidad de la UAM*. Azcapotzalco, n. 176, nov.-dic. 2012.

AGUILAR, Luis Aboites. El Último Tramo, 1929-2000. In: GONZALBO, Pablo Escalante [et al.]. *Nueva historia mínima de México*. México, D.F.: El Colegio de México, 2010, c2004 (7ª reimpresión), p.262-302.

BELTRAN, Claudia Herrera. La estructura del SNTE es idónea para crear caciques, afirma investigador. In: *La Jornada*, 31 de marzo de 2004. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2004/03/31/049n1soc.php?origen=soc-jus.php&fly=1>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

CARMONA, Doralicia. Desaparece el Partido de la Revolución Mexicana (PRM) y surge en su lugar el Partido Revolucionario Institucional (PRI). In: CARMONA, Doralicia. *Memoria Política de México*. Instituto Nacional de Estudios Políticos. Nueva Edición, 2014. Disponível em: <<http://www.inep.org/Efemerides/1/18011946.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

CNTE. Página na internet. <<http://cntrabajadoresdelaeducacion.blogspot.mx/>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2014.

CNTE - Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación – *Resolutivos V Congreso Nacional Educativo*. México, D.F., 25 a 27 de abril de 2013(a).

CNTE - Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación. *Hacia la Educación que Necesitamos los Mexicanos*. 1º de maio de 2013. Disponível em: <<http://cnteseccion9.wordpress.com/2013/05/02/documento-entregado-en-gobernacion-2-mayo-2013/>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2013. (2013b).

CNTE - Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación. *Análisis y perspectivas de la reforma educativa: memorias y resolutivos*, julio 2013(c).

COLL, Tatiana. Los maestros democráticos, bajo sitio. In: *La Jornada*, 28 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2013/08/28/politica/022a1pol?partner=rss>>. Acesso em: 15 de dez. 2013.

ELÍZAGA, Raquel Sosa. *Hacia la recuperación de la soberanía educativa en América Latina: conciencia crítica y programa*. México, UNAM/CLACSO, 2012.

- GOCHE, Flor. Reforma Educativa, autoría de Mexicanos Primero. Revista Contralínea. 14 enero, 2014. Disponible em: <<http://contralinea.info/archivo-revista/index.php/2014/01/14/reforma-educativa-autoria-de-mexicanos-primero/>>. Acceso em: 16 de jan. 2014.
- Instituto de Estudios Educativos y Sindicales de América (IEESA) - Organismo auxiliar del Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación (SNTE). *El Sistema educativo mexicano y el Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación*. Dirección de Investigación, 2012.
- Mexicanos Primero. *Ahora es Cuando. Metas 2012-2024*. Septiembre de 2012. Disponible em: <<http://compromisoporlaeducacion.mx/2012/11/ahora-es-cuando-metas-2012-2024-mexicanos-primero/>>. Acceso em: 16 de janeiro de 2014.
- Mexicanos Primero. *Nuestra Misión*. Disponible em: <<http://www.mexicanosprimero.org/index.php/mexicanos-primero/lo-que-hacemos>>. Acceso em: 16 de janeiro de 2014.
- MÉXICO. Poder Ejecutivo. Decreto por el que se reforman los artículos 3º en sus fracciones III, VII y VIII.... México, D.F. *Diario Oficial de la Federación (DOF)*, Primera Sección, 26 de febrero 2013.
- NAVARRO G., César. En el aula y la calle: Movilización magisterial en México. In: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Conselho Latino americano de Ciências Sociais (CLACSO). *Observatorio Social de América Latina (OSAL)*. Año XIV, N° 34 - Noviembre de 2013, p.93-109.
- NAVARRO, Luis Hernández. Claudio X. González y la política. La Jornada, 19 de febrero de 2013a. Disponible em: <<http://www.jornada.unam.mx/2013/02/19/politica/021a1pol>>. Acceso em: 15 de dez. 2013.
- _____. *No Habrá Recreo (Contra-reforma constitucional y desobediencia magisterial)*. Rosa Luxemburg Stiftung y Para Leer en Libertad AC., febrero de 2013b.
- _____. *Cero en Conducta: crónicas de la resistencia magisterial*. 2011. Disponible em: <<http://desinformemonos.org/2013/09/cero-en-conducta-el-nacimiento-cnte/>>. Acceso em 15 de dezembro de 2013a.
- _____. El asesinato de Minerva: la batalla por el normalismo rural. México, Universidad Autónoma Metropolitana. *El Cotidiano*, 176, Nov-Dic. 2012. Revista de la División de Ciencias Sociales y Humanidad de la UAM – Azcapotzalco.
- _____. La APPO. In: *La Jornada*, 21 de noviembre de 2006. Disponible em: <<http://www.jornada.unam.mx/2006/11/21/index.php?section=opinion&article=027a1pol>>. Acceso em: 18 jan. 2014.
- OCDE. *Acuerdo de Cooperación México-OCDE para mejorar la calidad de la educación de las escuelas mexicanas*. México, Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos, 12 septiembre de 2010.
- Pacto por México. 2012. Disponible em: <<http://pactopormexico.org/acuerdos/>>. Acceso em: 22 jul. 2013.
- Partido Revolucionario Democrático (PRD). Historia del PRD. s/d. Disponible em: <http://slp.prd.org.mx/index.php?option=com_content&view=category&id=38&Itemid=6>. Acceso em: 10 jan. 2014.